

# GOVERNO DIGITAL E INOVAÇÃO: TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS ORGÃOS GOVERNAMENTAIS DA GUINÉ-BISSAU

Amadú Jaló<sup>1</sup>

Luís Miguel Dias Caetano<sup>2</sup>

## Resumo

As mudanças provocadas pelas pressões advindas da sociedade têm refletido no novo modelo de vida, sobremaneira que, hodiernamente, os governos são obrigados a encontrar soluções digitais inovadoras que vão repercutir nas questões econômicas, políticas para uma transformar os processos governamentais. O Governo Digital adota ferramentas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que fomentam a inovação. Por vezes, usam meios de internet de forma a auxiliar na sua gestão, trazendo benefícios no melhoramento da organização de políticas públicas e, similarmente, subsidia a melhor prestação de serviços públicos de forma a suprir necessidades da sociedade contemporânea. A Guiné-Bissau foi desafiada pela OCDE a acompanhar a globalização para modernizar seu setor público de modo a tornar seus serviços mais eficientes. Este artigo objetivou compreender o impacto das inovações tecnológicas nos órgãos governamentais da Guiné-Bissau para sociedade guineense. Em termos metodológicos, a pesquisa teve um cunho bibliográfico e documental que se baseia na estratégia de coleta de dados em alguns órgãos do executivo guineense por meio da internet. Tendo como resultados encontrados, o Governo da Guiné-Bissau tem desenvolvido alguns sistemas como de Finanças Públicas, de Recursos Humanos, Sistemas e Registos de Identificação e a digitalização de Registos Comerciais. Por outro lado, tem se encontrado o Portal do Governo, Direção-geral das Alfândegas, Website do Ministério das Finanças, do Ambiente e Biodiversidade e também Centro de Formalização de Empresas – CFE.

**Palavras-chave:** Governo Digital. Inovação. Tecnologias de Informação e Comunicação. Guiné-Bissau.

---

<sup>1</sup> Graduando em Curso da Administração Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB-CE, Brasil. E-mail: amadujalo1@gmail.com

<sup>2</sup> Professor de Curso de Administração Pública, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB-CE, Brasil. E-mail: migueldias@unilab.edu.br

## DIGITAL GOVERNMENT AND INNOVATION: INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN GOVERNMENT BODIES IN GUINEA-BISSAU

### Abstract

The changes brought about by the pressures arising from society have reflected on the new way of life, especially since, today, governments are obliged to find innovative digital solutions that will have an impact on economic and political issues to transform government processes. Digital Government adopts Information and Communication Technologies (TIC) tools that foster innovation. Sometimes, they use internet media in order to assist in their management, bringing benefits in improving the organization of public policies and, similarly, subsidize the better provision of public services in order to meet the needs of contemporary society. Guinea Bissau was challenged by the OECD to keep pace with globalization to modernize its public sector in order to make its services more efficient. This article aimed to understand the impact of technological innovations on government agencies in Guinea-Bissau. In methodological terms, the research had a bibliographic nature that is based on the data collection strategy in some organs of the Guinean executive through the internet. Based on the results found, the Government of Guinea-Bissau has developed some systems such as Public Finance, Human Resources, Identification Systems and Records and the digitization of Commercial Records. On the other hand, the Government Portal, the General Directorate of Customs, the Ministry of Finance, Environment and Biodiversity website and also the Business Formularization Center – CFE have been found.

**Keywords:** Digital Government. Innovation. Information and Communication Technology. Guinea-Bissau.

### Introdução

O novo modelo de vida adotado pela sociedade foi moldado pela evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Agora, é tida como uma das melhores formas de se comunicar, processar e contribuir na troca de informações. Estão indissociáveis à nossa convivência humana, interação com parceiros cotidianos, além disso, elucidam a forma como nos relacionamos com o governo, o que contribui no desenvolvimento socioeconômico em todo o mundo (SANKGI, 2018). É um dos temas emergentes que atrai os governos a usar recursos inovadores nos órgãos governamentais.

Nessa circunstância, é inerente que a gestão pública repense nas possibilidades burocráticas ou corporativas nas suas atividades diárias. Há necessidade de inovar de modo a atingir almejos organizacionais a otimizar mais eficiência. Na concepção de Schumpeter, em que faz relação entre a inovação e desenvolvimento econômico, “Teoria de Desenvolvimento Econômico”, relata que a inovação é algo realizado diferente da

maneira anterior que se encontrava, assim, resultando em novos ativos e sua qualidade e também novo método de produção (1934 apud CAMÕES et al., 2017, p.96).

Diante do exposto, essa prática está relacionada ao desenvolver e inovar o governo por meio das tecnologias de informação e comunicação. Nessa ótica os governos idealizam novas formas de processo fazendo mudanças que acaba tendo resultados satisfatórios para sociedade. Dentro desse cenário, os guineenses assim como demais países da PALOP-TL (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor Leste), segundo a recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foram desafiados pela evolução constante das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) a modernizar o setor público de modo a tornar cada vez mais eficiente os seus serviços. Diante o exposto, se delimitou pesquisar a Guiné-Bissau.

A partir desse cenário, faz-se a seguinte indagação: de que modo, as tecnologias da comunicação e informação dos órgãos governamentais impactam a vida dos cidadãos? Quais órgãos governamentais da Guiné-Bissau estão desenvolvendo sistemas e facultando informações/prestação de serviços públicos via internet e desde quando?

Essas indagações colocam a pertinência de estudos de impacto das práticas da inovação por meio das TIC na sociedade guineense para um Governo Digital. O objetivo desta pesquisa é compreender a maneira que as inovações das tecnologias da comunicação e informação dos órgãos governamentais podem impactar positivamente na sociedade guineense. Com base no objetivo geral se desdobra nos objetivos específicos: Identificar existência ou não de práticas inovadoras nos órgãos públicos principalmente no que toca com as tecnologias de informação e comunicação; descrever como os órgãos governamentais interagem com seus cidadãos guineenses. Optou-se por uma abordagem qualitativa, pesquisa de cunho bibliográfico trazendo diferentes concepções sobre a temática e também se cunhou na pesquisa documental que se embasou na estratégia e técnica de coleta de dados em alguns órgãos do executivo guineense e relatórios na obtenção de resultados. É um estudo relevante para a sociedade guineense cujo processo de implantação de TIC em construção e que a sua consolidação pode gerar mudanças importantes para o país, porque proporcionará maior rentabilidade, acesso e consumo das informações e serviços governamentais, aproximação Estado/Sociedade. Nessa sequência, espera-se que os resultados vão servir de mecanismos interessantes que vão mobilizar grandes impactos para melhoria ou desenvolvimento de portal do governo, a interoperabilidade dos setores governamentais, que seja mais interativo possível e que

sirva também de inspiração exitosa dada a demanda de acompanhar a globalização para que haja inovações assim possibilitando fornecer no setor público serviços digitais.

### **Inovação no Setor Público**

A inovação é um dos temas considerados emergentes nas organizações. O fato de o fenômeno se deriva das inúmeras públicas atreladas nesse âmbito. No entanto, a maioria está mais voltada no campo da iniciativa privada (CARVALHO, 2015, p.1). Dada essa circunstância, o autor justifica que o mundo moderno se tornou volátil dado que agora não limita só a esfera da iniciativa privada seja a única a ter propriedade da realidade de uso inovação, mas também o setor público acompanha essa evolução. Wendler (2013) enfatiza que a inovação se configura em campos interdisciplinares. No entanto, nem ciências sociais ou humanas podem lidar particularmente com todos os aspectos da inovação.

Na concepção de Schumpeter em que faz relação entre a inovação e desenvolvimento econômico aborda mudanças acerca da economia e administração pública, “Teoria de Desenvolvimento Econômico”, ele relata que a inovação é algo realizado diferente da maneira anterior que se encontrava, assim, resultando em novos ativos e sua qualidade e também novo método de produção. Foi batizada destruição “criativa” advindo do processo dinâmico a partir da transição de tecnológica (1934 *apud* CAMÕES et al.,2017, p.96).

Nessa ótica, conforme Manual de Oslo, a inovação “é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (DE OSLO,1997, p. 55). Esse aspecto nos enfatiza que a inovação é a capacidade de agregar algo novo ou incorporar novos recursos em razão de melhorar alguma coisa que vai a consonância com o ramo que a organização trabalha.

Ainda o manual realça que é um processo contínuo, pois em virtude disso as empresas pela natureza procuram novos conhecimentos com vista a aprimorar mudanças significativas em processos ou produtos. O manual aborda sumariamente que a inovação se constitui em quatro tipos: inovações de produto, inovações de processo, inovações organizacionais e inovações de marketing (DE OSLO, 1997, p. 23).

Dado isso, a inovação do produto propicia elevar a mudança de produto e serviço na qual abrange novidades de bens e serviços de modo a fortificá-las. Em seguida, a inovação de processo se constitui na mudança significativa dos métodos empregados na produção e na forma de distribuição. Em seguida, a organizacional refere-se às questões de novos métodos do ambiente da organização do trabalho: práticas de alterações no contexto de negócios ou com interações externas da empresa. Finalmente, a inovação de marketing se configura na implantação de novos métodos de marketing que leva em consideração o design ou na embalagem do produto, colocação deste, no seu preço de bens e como de serviços, além disso, envolve a promoção. O manual evoca que a inovação também pode ser vista no setor público e ainda enfatiza sua relevância nesse setor e sobreleva que ela se insere em qualquer setor econômico em que podem ser encontradas nos serviços governamentais na área de saúde e educação (OSLO, 1997, p. 22-23). Essa prática, tendencialmente, se aplica na perspectiva das instituições privadas.

Em contraste, a inovação no setor público se assenta na adoção de características próprias das organizações públicas e preocupando atingir seus planos, porém distancia focar no nicho de mercado e desenvolver lucro (DIAS, SANO, FERNANDO, MEDEIROS, 2019, p. 22). Ali, demonstra a diferença entre duas entidades, pois ambas têm objetivos distintos, apesar de que usam, em certas ocasiões, a tecnologia como meio para atingir seus objetivos institucionais.

Nesse diapasão, tendo em conta a evolução das nações, converteu-se imperativo as exigências dos contribuintes para com os seus governos advindos da comunicação instantânea, das redes sociais e vários outros mecanismos existentes. Exigências essas indagadas no tocante ao destino e a efetividade do uso de recurso público (dinheiro), pois esse assunto está cada vez mais desejável para melhoria de atendimentos e postulando maior eficiência da máquina pública (CARVALHO, 2015).

com o efeito da inovação pode-se compreender a existência de dois aspectos basilares para a sua consolidação, quer dizer, novidade e seu funcionamento no local a ser implantada. nessa ótica, deve-se partir pelo pressuposto que é inerente que seja algo novo no espaço que vai ser configurado. Em seguida, após a instalação é imperativo que esta traga efeitos exitosos em comparação com o estado anterior que se encontrava para seu funcionamento, desta maneira trazendo maior eficácia, eficiência, sem desconsiderar a qualidade.

Perante essa situação, de acordo com Comissão Europeia, a concepção voltada à administração pública nos elucida que “a inovação também pode ser definida como o processo de geração e implementação de novas ideias com vistas a criar valor para a sociedade, seja ele com foco interno ou externo à administração pública” (2013 apud CAMÕES et.al., 2017, p.96). Esse processo deve dar seguimento de modo a facultar novos conhecimentos a tornar mais ágeis os processos dando valores significativos à sociedade. As inovações no serviço público são iniciativas coletivas. Elas dependem da atuação de atores com alto conhecimento especializado e de atores com poder ou capacidade para mobilizar apoio político (RIBEIRO, 2021).

Além disso, a inovação é classificada conforme as seguintes categorias, afirma Windrum: Inovação em serviços; inovação de entrega dos serviços; inovação administrativa; inovação conceitual; inovações em políticas públicas e; inovação sistêmica. A inovação de entrega de serviços refere-se à melhoria da qualidade dos serviços já existentes ou agregar novo serviço. A Inovação Administrativa se relaciona à mudança no serviço público, isto é, novo modelo de fornecimento de serviço público. A Inovação conceitual envolve modificação nas organizações que podem acontecer nas rotinas ou mexendo nas estruturas. A Inovação Conceitual consiste em ampliar visões de modo a superar os desafios já existentes no caso de produtos, serviços e processos organizacionais. A Inovação das Políticas Públicas tem a ver com o resultado de uma inovação conceitual. E, a última, a Inovação Sistêmica conceitua as novas formas de interagir com outras organizações e fontes de conhecimento (2008 apud DIAS; SANO; FERNANDO; MEDREIROS, 2019, p.21-22).

As inovações em categorias distintas também podem ser examinadas quanto ao seu grau de inovação: Incremental, Radical e Transformacional. Esse fenômeno elucida a mudança Tecnológica no circuito organizacional, isto é, compara o nível de inovação que havia anteriormente com relação ao atual momento (SAES, 2012).

A inovação incremental consiste em fazer melhorias contínuas no garante das qualidades de serviços públicos e que sejam flexíveis dependendo da localidade em que este se instala. Sua aplicabilidade alicerçada pelo uso da TIC auxilia na organização de procedimentos administrativo-financeiros. Por outro lado, a inovação radical implementa novos modos de entrega de serviços ou melhorar os já existentes. No entanto, não muda a dinâmica que a organização já tinha (ex.: encaixam serviços online de devolução de impostos, educação a distância e vários outros tipos). Finalmente, a inovação transformacional, permitem mudar significativamente os setores na qual surgem as

“novas estruturas de trabalho, novos tipos de organizações, novos relacionamentos entre organizações, além de uma melhoria substancial na performance” (SAES, 2012; DIAS, SANO, FERNANDO, MEDEIROS, 2019, p. 24). Importa salientar que a “pode-se deduzir que com a vinda das TIC foi possível catapultar essas inovações, todavia nem sempre a inovação é acompanhada de uso de ferramentas tecnológicas. Na sequência, na próxima seção, analisaremos as tecnologias de informação e comunicação no âmbito e assim como no aspecto público.

### **Tecnologias de Informação e Comunicação no Setor Público**

Acompanhar a evolução tecnológica tornou-se um recurso indispensável para os profissionais e organizações para atuarem no ambiente de rede que estamos. Este se deve à necessidade de buscar conhecimentos da área de atuação que vão subsidiar os problemas internos da organização e exigências do mercado. Com o advento da tecnologia se propagou a sua usabilidade nas rotinas das pessoas e emergiram necessidades de produtos e serviços que antes não existiam. As tecnologias contribuíram muito na transição de algumas operações que eram feitas manualmente trazendo mais eficiência e tornando os trabalhos mais ágeis (SAES, 2012). Chiavenato afirma que a tecnologia é composta na conjugação de conhecimentos (know-how), equipamentos (hardware) e programas (software) como matérias-primas para se chegar ao produto ou resultado final que a organização almeja (CHIAVENATO, 2006).

A Tecnologia da Informação se deve à necessidade de moldar estratégias e instrumentos capazes de catalisar, organizar, interpretar e possibilitar o uso das informações a determinada situação demandada (BAZZOTTI e GARCIA, 2006). O uso desta fomenta a qualidade da organização nos seus negócios. Essa lógica iniciou-se desde os primórdios da administração científica de Frederick Taylor, quando a força do trabalho começou a ser substituída pela máquina, fato que trouxe vantagem referente à ampliação da velocidade e volume de produção (DUARTE, 2021, p. 4). Sua implementação demonstra muita relevância, pois se enquadra em diferentes contextos, prosperando a comunicação no âmbito econômico, educacional e saúde cultural. O desafio da administração pública consiste em dar ênfase ao ritmo da globalização perante as constantes transformações mundiais garantindo direitos do cidadão e configurando para maior controle social (ROCHA et al, 2019).

A influência das TIC no âmbito público contribui como ferramenta para modernizar os governos com ênfase no alcance da eficiência das ações públicas na qual

converge de grande relevância para a melhoria dos processos internos das instituições públicas ou organizações e similarmente na difusão de prestação de serviços à sociedade (DIAS, SANO, FERNANDO, MEDREIROS, 2019). Aproveitada pelos governos resultantes de mudanças significativas não só no ponto de vista tecnológico, todavia numa ótica que gera o contributo no processo de elaboração de políticas públicas o que viabiliza a intervenção na economia e trazendo benefícios para sociedade a partir de práticas do governo e o que evita o grau de incertezas pela boa qualidade de atendimentos (ROCHA et al, 2019).

Exemplo disso, Gil-Garcia e Pardo explicam que nos meados da década de 1980, no mundo, e da mesma forma a partir de 1990 no Brasil, as TIC foram usadas como meio para transformar e melhorar a qualidade dos serviços públicos, em que a intenção era fomentar a maior eficiência operacional, postulando a minimização de custos considerando também a produtividade e levando em consideração o comprometimento de sofisticar a qualidade na prestação de serviços públicos por meio da interação com a sociedade (2005 apud DIAS, SANO; FERNANDO; MEDREIROS, 2019, p.35).

Diante do exposto, segundo os autores, para atingir resultados satisfatórios de acordo com objetivos organizacionais não é meramente necessário colocar ferramentas tecnológicas nos governos, no entanto, é preciso fazer mapeamento das necessidades das mudanças culturais na administração pública, fato que deve ser configurado ao uso de tecnologias. Esse aspecto envolve a mudança de rotinas de processos (legais e comportamentais) que assim postulando a maior eficácia, eficiência e efetividade na prestação de serviços públicos aos cidadãos. Não se remete apenas em intensificar uso de tecnologias, todavia esse processo deve levar em consideração muitas variáveis que contribuem nas mudanças desde fatores sociais até relacionamento de interação voltado ao cidadão.

Desta forma, na perspectiva da OCDE:

países situados em todos os níveis de desenvolvimento estão a explorar os benefícios das tecnologias digitais para promover ou melhorar o desempenho do setor público e a qualidade dos serviços de formas cada vez mais ambiciosas, contribuindo para o aumento da confiança dos cidadãos nos respetivos governos (OCDE, 2018).

Pois, os governos exploram as TIC e colocando-as nas suas agendas a partir das decisões tomadas com vista a regulamentar o setor público, políticas de segurança, investimento em infraestrutura, disponibilização de informações e serviços na Internet e



garantindo acesso em termos democráticos (DUARTE, 2021). Servem de alternativas estratégicas à governança, o que impulsiona a capacidade de comunicação e troca de informações, possibilitando a autonomia referente a estrutura como as organizações atuam de modo a alcançarem os objetivos. Portanto, há que se ter recursos disponíveis, informações assertivas e velozes com vista a impactar a gestão pública torne mais eficiente nos seus processos, o que implica valor significativo na tomada de decisão e prestação de contas nas práticas do governo (ROCHA et al, 2019).

Dentre as tecnologias aplicadas nos ambientes governamentais, encontram-se as seguintes: internet das coisas, aplicativos móveis, dados abertos, sensores, análise de dados redes sociais, redes técnicas e organizacionais tudo em benefício de um resultado em prol da satisfação cobrada pela sociedade (GIL-GARCIA; DAWES; PARDO, 2017). Em adendo, as TIC servem como ferramentas para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, motivos para estimular a produtividade e a geração de emprego, incluir mulheres e raparigas no contexto de fortificar a boa governação democrática e fomento da transparência.

### **Panorama do Governo Digital**

No final da década de 1980 foram marcados nas administrações públicas os primeiros serviços eletrônicos. Nos anos 90 começou a integração de TIC nas políticas públicas dos governos no aspecto global. Dado esse cenário, com advento do comércio eletrônico, de certa forma, estimulou o desenvolvimento do governo eletrônico na qual os governos adotam o uso das tecnologias (VIANA, 2021).

Governo Eletrônico (e-gov) é um termo que foi configurado recentemente. Tendo em consideração as variadas facetas na qual balizam fomentar o atingimento da eficiência para suprir e tornar exequível os interesses públicos suportados a partir de viabilidades da governança a qual recorrem ao uso de recursos tecnológicos. Portanto, nessa sequência, a notoriedade da inserção das novas tecnologias pela Administração Pública torna-se inerente para uma estratégia de modernização de modo a melhorar os serviços públicos prestados aos cidadãos.

Para tanto, Viana (2021) enfatiza que o governo eletrônico está voltado na empregabilidade das TIC pelos governos. Esse fenômeno está atrelado ao sentido mais restrito. Em seguida, no sentido macro, por meio de uso das TIC, abrange várias

possibilidades nas quais temos os seguintes: i) garantir acesso e entrega por parte do governo aos indivíduos de informações e uso de serviços; ii) possibilitar e implementar eficiência mediante a aplicação destes serviços no âmbito do governo; iii) cobrir larga escala de serviços; iv) transformar governos. Nessa mesma lógica, elucida quatro (4) dos seus principais objetivos, referindo do *e-government* baseando nos argumentos das Nações Unidas (2004), em que assevera os seguintes: Gestão eficiente de informação ao cidadão; Melhor prestação de serviços públicos aos cidadãos; Melhoria do acesso e do conteúdo da informação; e Cidadãos habilitados pela participação no processo de decisão.

Desta maneira, por meio destes recursos dotados de uso de novas tecnologias como forma de ajudar a Administração Pública para modernizar o melhoramento de serviços públicos destinadas aos cidadãos que auxiliar-se-á nos programas estatais do governo eletrônico (e-Gov) que tendencialmente desenvolveu-se para o Governo Digital (ZELINSKI, 2021).

De acordo com Tribunal de Contas da União, no Brasil, assevera que

o uso destas tecnologias possibilitou aos cidadãos maior comodidade e convivência no acesso e uso de serviços privados e governamentais, o que se denominou governo eletrônico (e-Gov) [...] com a incessante evolução das tecnologias, o Governo Eletrônico foi substituído Governo Digital” (TCU, online).

Uma das definições do e-gov configurada pela OCDE (2003) que é a capacidade por meio de uso das TIC transformar a administração pública, ou seja, espelha nova maneira que o governo está moldado pelo uso das TIC.

De sobrelevar que esta prática é alicerçada pela internet. Noutra vertente, a mesma organização salienta que a internet serve de base para melhorar as práticas do governo. Contudo, essa definição engloba desde as transações entre administração pública, interações, a esfera administrativa, os processos que ligam à política formal para o cidadão o que de certa forma as práticas dos governos são medidas pela sociedade para avaliar seu desempenho e impacto que este traz pela sociedade. Portanto, em adendo, a OCDE sobrelevar a definição do Governo Digital no relatório publicado em 2014 como:

o uso de tecnologias digitais como uma parte integrante da estratégia de modernização do governo para gerar valor público. Ele depende de um ecossistema de governo digital que compreende atores governamentais, organizações não governamentais, negócios, associações de cidadãos e indivíduos os quais suportam a produção de e o acesso a dados, serviços e conteúdo através de interações com o governo (OCDE, 2014).

O papel de uso das TIC torna-se crucial para gerar o valor público na sociedade a partir do envolvimento de diferentes atores que contribuem no processo da sua consolidação o que também demonstra engajamento público e esferas privadas para atingir objetivos governamentais tendo impacto na sociedade e empresas.

Por conseguinte, o e-gov tem o olhar como uma atividade estratégica da administração pública com vista a melhorar a ligação dos cidadãos e assim como das empresas, assim fomentando a modernização estatal. Além disso, sua instalação estimula a promoção da cidadania, fomentando as mudanças nas organizações públicas, interligando sistemas e processos em sintonia em função da inclusão digital (CARDOSO, 2018). A sua presença marcou-se pela produção de informação veiculada pelos governos nas quais aumentam a capacidade de processamento e volume de informações que concatena com a intervenção humana passa a estabelecer conexões sociais, culturais, culturais e econômicas (CASTELLS, 2002).

Por outro lado, a sociedade atual refugia-se por meio das tecnologias com vista a abraçar os seus direitos garantindo a democracia digital. Hodiernamente, o uso de plataformas, aplicativos, e páginas virtuais edificou a rotina do cotidiano da sociedade por meio da tecnologia. Então, a conectividade com dispositivos no nosso dia-a-dia emergiu uma ligação profunda de modo a relacionar com serviços prestados pelo governo.

Noutro lado, o Estado, também, busca edificar para simplificar o acesso e ao mesmo tempo promover seus serviços para sociedade (VIANA, 2021). Nessa senda, o Governo Digital se compreende não só se limita pelo uso das tecnologias pelo Governo, mas envolve estratégias, políticas, programas e entre outros que integram na agenda conjugando com TIC na gestão pública. Pois, esse contexto não só engloba o uso de TIC, mas também considera muitas variáveis que devem acompanhá-las.

Nesta ótica estamos abordando sobre Governo Digital, que constitui dois eixos nos quais temos os seguintes: uma centrada no surgimento de novas tecnologias e, enquanto, outro consiste no novo olhar ou ele nos revela a nova mentalidade. Nessa ordem de ideia, a organização estatal aproveita essas ferramentas para introduzir uma nova reengenharia de maneira a mudar sua própria estrutura o que de certa forma traz uma mudança profunda de possibilidades.

De destacar que essas novas tecnologias alteram o modelo tradicional de governo eletrônico para Governo Digital que são considerados “obsoletos”. Nessa ótica que a administração pública foca na automação e redução de custos e dando ênfase mais na

cocriação no sentido de colaborar com cidadãos e empresas. Este processo se vai converter nos estágios na transformação Governo Digital.

Mediante essa situação, na perspectiva da OCDE, um dos aspectos fundamentais que o Governo Digital carrega está relacionado em moldar novas concepções das TIC como um recurso fundamental para transformar o setor público, uma vez que não se limita apenas em disponibilizar serviços on-line para atingimento da eficiência operacional. A transformação do governo tradicional, ou seja, outros o denominam de governo analógico, para Governo Digital consiste no uso otimizado dos canais de comunicação de modo a agregar o uso dos usuários e prestação de serviços. Nessa ordem de ideia, o envolvimento dos usuários também agregar valor no que concerne a construção dos serviços.

Com base nesses pressupostos, para ter uma visão macro para que seja adotado o Governo Digital. Este fenômeno formula as instituições, organizações, pessoas, tecnologias, dados e recursos com vista a auxiliar a organização por dentro e fora do setor público e assim dispendo a geração do valor público (VIANA, 2021).

Como elucidado, podemos compreender que o governo eletrônico por meio do uso das ferramentas tecnologias, ou TIC, lhe possibilita melhorar a eficiência das agências governamentais e de igual modo disponibilizar serviços on-line dos governos para facilitar a vida dos cidadãos.

#### *Formas de interação com Governo Eletrônico*

A literatura assegura que existem diferentes tipos para interação com governo eletrônico. Em adendo, o Governo Digital se compromete de mãos dadas com a sociedade de modo que oferece variedades de serviços públicos disponibilizados por meio de multicanais, uma vez que fazem parte das estratégias de modernização governamental o que facilita interagir com diferentes atores sociais (OCDE, 2016). Nesse paradigma, elucida os seguintes: o Governo-a-Governo (G2G), o Governo-a-negócio (G2B), o Governo-a-cidadão (G2C) e, por último, o Governo-a-empregado (G2E) (TURBAN et al, 2010; VIANA, 2021).

De acordo com as concepções dos autores existem diferentes formas que o governo consegue interagir para melhor atingir os seus objetivos e torná-los mais próximos com seus cidadãos, empresas, governos e a própria gestão interna. A partir

desse fenômeno se constata que o governo, principalmente, dos países que em estão desenvolvimento estão desencadeando para melhorar a eficiência, eficácia e efetividade e assim buscar tornar os processos mais ágeis e de igual modo tornar mais proximidade com cidadãos o que minimiza o tempo bastante considerável no modelo analógico.

### *Estágios do Governo Digital*

Foram várias fases para se chegar ao Governo Digital nas quais começaram desde sua presença na Web e uma comunicação singular, isto é, uma comunicação que se limitava entre governos ou comunicação interno e, em seguida, partiu-se para comunicação bidirecional efetuando transações com diferentes entes. Para isso, implantar uma infraestrutura de Governo Digital é perceptível passando por várias etapas evolutivas devido a sua complexidade, o que também demonstra a sua maturidade se constitui na potencialidade governamental desde fornecimento de informações e serviços, tudo em prol dos cidadãos (SILVA, 2018).

Silva (2018) traz diferentes ideias dos autores sobre estágios de Governo Digital em que avaliam a maturidade deste por série de modelos existentes. Por conseguinte, o autor aborda sobre o modelo de Howard (2001) ilustra os estágios que amparam a publicação, interação e transação. Por outro lado, citou o modelo de Almazan e Gil-Garcia (2008) que conta com seis estágios propostos, desde presença Web, informação, interação, transação, integração e participação política. E, em suma, como ilustrada no quadro abaixo citada, o modelo adotado pela União Europeia (2015) contempla quatro estágios nas quais são: informação, interação, transação e transformação, enquanto que o modelo de Howard (2001) contempla os estágios de publicação e interação.

Quadro 1: Modelo europeu sobre maturidade de estágios de Governo Digital

<b>Estágios de Maturidade do Governo Digital</b>			
<b>1º Estágio</b>	<b>2º Estágio</b>	<b>3º Estágio</b>	<b>4º Estágio</b>
<b>Informacional:</b> Presença na Internet, provendo serviços para o público externo e interno com informações relevantes.	<b>Interação:</b> A interação entre o governo e o cidadão/empresa é estimulada com aplicações que permitem questionamentos via e-mail, ferramentas de busca e download de formulários.	<b>Transacional:</b> Transações podem ser efetuadas sem que o cidadão precise ir à repartição pública, como o pagamento de impostos sobre veículos e propriedade e renovação de licenças.	<b>Transformacional:</b> Todos os sistemas estão integrados e o público pode obter os serviços governamentais de forma virtual, tendo um único ponto de contato baseado em internet e disponível por diferentes canais (quiosque, celular, TV digital, etc.).

Fonte: Adaptado pelos autores e Baseado em Comissão Europeia (2015).

Como visto no quadro acima menciona baseada no modelo europeu, o primeiro estágio os governos se preocupavam presenciar via web e disponibilizar informações básicas desde endereços de agências governamentais, organogramas, atrações, turísticas e entre outros, até que chegou a nível transformacional, em que já existe a integração de serviços do governo na prestação de serviços, o que já rompe a fronteira geográfica com diferentes órgãos do governo.

### **Tecnologias de Informação e Comunicação nos Órgãos Governamentais da Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau tem demonstrado, segundo a OCDE (2018), os progressos de governo eletrônico sofre influência do grau da instabilidade política e simultaneamente a coerência institucional, pois sobreleva que ainda está tendo um progresso lento na sua administração pois se limita apenas no uso de abordagens do governo eletrônico para executar seu funcionamento coerente.

Nos aspectos da inovação tecnológica para uma prestação de serviços digitais, o país ainda carece desses mecanismos que deveriam ser implantados Centros de Dados com vista a poder armazenar, alojar e possivelmente manipular informações advindas de distintas instituições públicas e similarmente das organizações privadas (OCDE, 2018). Uma das pautas nesse cenário, a digitalização dos registros públicos é muito fundamental no garante de um sistema único de identidade. Nessa ótica, a intenção da organização, OCDE, se relaciona em estimular os governos que desejam deslocar os modelos analógicos e de governo eletrônico para Governo Digital.

Para garantir a transformação digital na Guiné-Bissau para prestação de serviços digitais destinados ao cidadão, a OCDE considera que é preciso adotar uma abordagem multicanal, associando serviços tradicionais com portais Web, aplicações de Internet, serviços bancários eletrônicos e, entre vários, para suprir as necessidades da sociedade. Portanto, para alcançar esses resultados torna-se necessário a colaboração organizações não governamentais, empresas, associações da sociedade civil juntamente com sujeitos que colaboram no processo de coprodução, coprestação e como também a cocriação de valor (OCDE, 2018).

A mesma organização sustenta a existência de diversas variáveis que os governos empreendem para transformação digital no setor público nas quais citou: quadros de interoperabilidade, standards de dados e sistemas de identidade digital. Ela salienta que os governos devem proporcionar a capacidade para que a administração pública tenha funções mínimas nas execuções das suas atividades, tais como: gestão das finanças públicas, administração do governo central, gestão da função pública, e a prestação de serviços públicos a nível das administrações locais e a jusante. Estas capacidades básicas ajudam o governo dar saltos do Governo Analógico e de Governo Eletrônico para o Governo Digital que proporciona as facilidades para cobranças de receitas, controle de despesas, tratamento de dados estatísticos e a gestão da função pública.

A OCDE (2018) trouxe uma análise apurada no Relatório que relata sobre Indicadores de Governança Mundial (Banco Mundial, 2018a) na qual apresenta resultados considerados negativos e diferentes sobre a eficácia dos governos ou nas regiões dos PALOP-TL. Nessa circunstância, a fonte revela que:

apesar de Angola e Timor-Leste terem registado melhorias modestas nos últimos dez anos (de 6/100 e 9/100 em 2006 para 14/100 e 13/100 em 2016, respectivamente). Em 2016, Cabo Verde atingiu aquele que foi de longe melhor resultado de todos os PALOP-TL (57/100), distanciando-se mais de 30 pontos do segundo melhor resultado (São Tomé e Príncipe – 26/100) e 53 pontos pior (Guiné-Bissau – 4/100). Uma explicação possível para estes resultados é o fato de Cabo Verde ser amplamente reconhecido (inclusive pela comunidade Internacional) pela sua boa governação, pelas instituições fortes e pelo baixo nível de corrupção (OCDE, 2018, p. 37).

Estes acontecimentos se devem à fraca capacidade do governo e trocas excessivas dos governos na Guiné-Bissau o que não possibilitou que estes apresentassem seus programas políticos para a Assembleia Nacional em que se encontrava fechada, na época, desde 2014, o que teve consequências graves na eficácia da governação do país. A instabilidade política e governativa torna-se um dos motivos de entraves para uma boa governação no país.

Por outro lado, no que concerne à evolução do Índice de Desenvolvimento do Governo Eletrônico (EGDI) revelada pelas Nações Unidas apresenta dados dos últimos dez anos. Nisto, a Guiné-Bissau tem ocupado nas posições, 179 em 2010, 182 em 2012, 182 em 2014, 181 em 2016, 187 em 2018 e no ano 2020 ocupou a posição 186 em comparação aos países a nível mundial o que demonstrou da forma constrangedora perante a esses dados (NAÇÕES UNIDAS, 2021). Dada essa circunstância, a

instabilidade política e governativa no país contribui nesse sentido, o que fez com que o país estivesse nessa posição devido a impossibilidade de o governo apresentar seu programa o que levou ao impedimento do avanço do país. É preciso muito empenho para alcançar o potencial das tecnologias digitais nas instituições públicas o que de certa maneira impacta na prestação de serviços públicos trazendo benefícios internamente exitosos.

### *Funções basilares para Transformação Digital*

Pela natureza do governo tem a obrigatoriedade de garantir funções essenciais e basilares para a prestação de serviços públicos de qualidade, sejam digitais ou não digitais. A transformação digital na administração pública garante as funções mínimas para sociedade, empresa ou seus utilizadores (OCDE, 2018). Perante essa situação, há que se tirar proveito por parte do governo por meio de tecnologias digitais com vista a mudar órgãos governamentais do sistema tradicional (analógico) e eletrônicos para transitar ao Governo Digital pois sem estas ferramentas não se considera a opção realizável pois todas instituições públicas devem moldar das capacidades básicas para melhor desempenho. Além disso, a influência das soluções digitais torna-se um elemento muito vital na fase do desenvolvimento administrativo uma vez que possibilita atingir as funcionalidades basilares o que em eventos futuros são usadas para potencializar a capacidade administrativa nos procedimentos e como gerar ativo nos profissionais que impactará em termos de eficiência e eficácia nos serviços públicos o que de certa forma são elementos fundamentais para transição do Governo Digital.

A experiência da Guiné-Bissau nos moldes do Governo Digital a organização explica que o desempenho governamental ainda está numa fase incipiente no momento pois ainda apresenta a fraca funcionalidade como chave dos sistemas digitais do governo devido às limitações no tocante a geração de receitas (fiscal e aduaneira) e isso também é verificável na Gestão de Recursos Humanos.

No que tange aos Planos de Desenvolvimento Nacional para estimular o desenvolvimento e a promoção de tornar simples os sistemas administrativos menos burocráticos, tornar os serviços públicos em benefício dos cidadãos e empresas de acordo com realidade em causa das necessidades locais ou do país, postulado pela transparência e responsabilização da administração pela demonstração de eficácia governamentais a nível central e local, segundo a OCDE (2018), a Guiné-Bissau tem demonstrado o



interesse nas políticas e programas de Governo Digital como sendo uma das prioridades estratégica de forma a atingir os almejos.

Outros países têm abordagens diferentes no tocante aos setores e planos de intensificar uso das TIC para suprir as demandas dos utilizadores, o fato que isso varia de acordo com a realidade e também dando prioridade ao contexto do país. Nesse sentido, o governo de São Tomé e Príncipe deu prioridade para modernizar o setor da justiça digitalizando todos os procedimentos e registros e apostaram no desenvolvimento de banco de dados de maneira a ajudar a sua gestão. Noutra vertente, Cabo Verde tem desencadeado uma visão compartilhada de forma intersetorial em que existe a conectividade entre todas as agências governamentais, envolvendo empresas, sociedade civil e, como também um elemento fundamental no fomento de uso e desenvolvimento tecnológico no país, o setor acadêmico. Cabo Verde tem inserido esses processos que fazem parte do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável 2017-2021.

No entanto, a Guiné-Bissau ainda não possui o Plano Estratégico de Governo Digital para a Reforma da Administração Pública, apesar de que houve uma proposta do Plano Estratégico e Operacional denominada “Plano de Desenvolvimento Nacional - PND, Terra Ranka” para datação, na época, 2015-2020, inclinado para a “reforma e reforço da administração pública” em que este ia se basear em dois pilares priorizados: “capacidades de modernização e implementação”. Com base nisso, adotaria a estratégia para uma maior eficiência e eficácia na gestão de registos civis, de terras e empresas. Com isso, o Plano pretendia criar:

um cartão de identidade nacional biométrico multifuncional, o desenvolvimento de dados georreferenciados através da cartografia do território nacional e a melhoria dos serviços de registo das entidades jurídicas (RCCM e Identidade fiscal). Na área de gestão das finanças públicas, o Terra Ranka pretende reforçar as capacidades do Instituto de Estatística Nacional e consolidar o SIGFIP (Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas), o sistema público de gestão financeira nacional como forma de reformar as autoridades locais e a administração territorial e descentralizar a promoção do desenvolvimento participativo (OCDE, 2018).

Por outro lado, “Em particular, não existe ainda um plano de reforma da Administração Pública, cujo desenvolvimento necessitaria acompanhar a progressiva digitalização dos serviços públicos e estruturas de suporte às funções do Governo” (NAÇÕES UNIDAS, 2021, p. 24). Todos esses problemas deveriam ser antes acompanhados de reforma na Administração Pública, fato que possibilitaria ter espinha dorsal para desenvolvimento destes.

Foi afirmado que o país, por meio da administração atual, sob orientação liderança de Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC), cuja responsabilidade de tutelar o desenho e a implementações de orientações estratégicas e políticas setoriais, decidiu adotar Terra Ranka na perspectiva de novo Plano Nacional de Desenvolvimento 2020-2023, na qual este visa contemplar várias reformas de telecomunicações no garante de cinco objetivos que delinearão: (i) a instalação da rede elétrica OMVG (incluindo o seu backbone de fibra ótica); (ii) a disponibilidade de internet de alta velocidade através da instalação do cabo submarino de fibra ótica ACE; (iii) a instalação e expansão do backbone nacional de telecomunicações de fibra ótica; (iv) a reabilitação, reestruturação e privatização da Guiné Telecom e GuineTel (ambas operadoras não funcionam na data presente); (v) a transição das tecnologias analógicas (tradicionais) para as digitais e; (vi) a transição para serviços de banda larga móvel 3G e 4G. Todos esses processos foram evocados pelos Nogueira-Budny<sup>3</sup> e seus parceiros através do Grupo de Banco Mundial para Desenvolvimento (NOGUEIRA-BUDNY et. al., 2022).

No entanto, houve uma tentativa de propostas para possíveis reformas nesse âmbito de poder enquadrar o projeto de forma estruturante, mas o compromisso político permanece sempre desestimulantes. Isso fez com que o país atrasasse novamente nas questões de reformas e investimentos nos setores considerados chaves o que de certa forma serviu de entraves para contínuo e desenvolvimento do setor na sua forma genérica.

#### *Presença na Internet e Sistemas nos setores públicos da Guiné-Bissau*

O país possui o Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP) que tem a capacidade de mobilizar recursos, receitas e despesas públicas para auxiliar o governo nas suas execuções com a ajuda da TI, apesar de que este contempla todas as funcionalidades desde a fase de preparar orçamento, na execução e contabilidade, mas o módulo contabilístico é aproveitado parcialmente, além do registo geral de dados estar incompleta verifica-se em termos de qualidade das contas é fraca. Por outro lado, para gestão de receitas usa-se papel para liquidação e como o pagamento das receitas fiscais, isso significa que o sistema de liquidação não possui uma conexão com banco central,

---

<sup>3</sup> Liderou a equipe que colaborou para elaboração e desenvolvimento do Relatório (Diagnóstico da Economia Digital Guiné-Bissau) do Grupo do Banco Mundial.

ministérios setoriais em termos de pagamentos de impostos/taxas e ainda o mais complicado possui várias contas de Tesouro fato que indica que ainda há muito que melhorar nesse aspecto aproveitando vantagens das TIC para subsidiar trabalhos de gêneros com melhor qualidade, eficiência e eficácia nas operações do governo (OCDE, 2018). O salto positivo é que para o recolhimento e pagamento de impostos o país utiliza sistemas automatizados para a liquidação da ASYCUDA++/ASUCUDA World que é um sistema automatizado de dados aduaneiros.

Segundo Iala, M. (2021), afirma que o país está pouco atrasado no tocante à aplicabilidade de ferramentas tecnológicas – TIC na gestão pública, pois não se encontram disponíveis serviços públicos online. Diante dessa situação, assegura-se que para que o cidadão consiga realizar seus documentos é necessário recorrer presencialmente até na sua aquisição, desde para pagar contas, motivando o cidadão a se deslocar mediante essa situação. Em adendo, estes deveriam facilitar o cidadão desde prestação de serviços online para solicitação de documentos de identificação civil, agendamentos para atendimento hospitalares, acervo bibliográfico, serviços de pagamentos de faturas de energia com de água e demais outros que poderiam ajudar o cidadão para minimizar o tempo e custo deste.

Por conseguinte, a Guiné-Bissau dispõe do seu próprio **Portal do Governo**<sup>4</sup> constando algumas informações do Primeiro-Ministro, Informações do Governo, Comunicados, Notícias e Publicações. Por outro lado, também deixa os campos de formulários para enviar mensagens aos serviços atrelados ao governo.

Em adendo, urge haver um Centro de Dados para assim subsidiar a digitalização sustentável no setor público sustentável juntamente com os quadros de interoperabilidade. A Administração Pública do país quanto aos processos de digitalização se encontra numa fase inicial o fato que justifica de que ainda os registos e processos de serviço público são armazenados em discos rígidos ou discos externos o que em contraste se houvesse Centro de Dados tornaria mais seguros e mais fácil a sua acessibilidade.

Esse cenário gera instabilidade nos pagamentos de salários, irregularidades dos funcionários, ou seja, não tem concordância porque algumas famílias recebem pensões que não deveriam pegar, trabalhadores o que se fosse aproveitada de forma positiva facilitaria criar Banco de Dados Governamental com alicerce das TIC assim vai

---

<sup>4</sup> Portal do Governo da Guiné-Bissau: <https://gov.gw/>

comunicando com Gestão de Recursos Humanos (Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Pública – SIGHRAP), assim facilitando a gestão de todos setores públicos, desde segurança, educação, saúde e entre outros para que o governo tenha a capacidade de responder às necessidades dos cidadãos, em vez de registo civis e criminais esteja armazenado em modo tradicional ou de forma física.

Conforme elencado pelas Nações Unidas (2021) sobre limites, desafios e Oportunidades da Transformação Digital do Sistema de Governação da Guiné-Bissau que o Ministério das Finanças é tido como uma referência nas questões de uso das TIC como soluções, o que demonstra um avanço significativo. Pois, neste quase todos os processos foram informatizados/ automatizados fato que engendra ativo em termos de conhecimento para profissionais do setor público (know-how) que pode ser adotado o modelo para toda administração pública.

Esse torna-se um desafio muito importante que deve ser considerado pelo governo nas quais pode postular em, no mínimo, três principais soluções das ferramentas digitais que, marcadamente, podem suprir algumas necessidades primordiais: Em primeiro lugar, a digitalização dos registos públicos (civis, criminais), o segundo desenvolver sistemas de identificação e registo para utilizadores destes serviços e, em seguida, disponibilizar estes serviços públicos para assim ter a capacidade administrativas da melhor forma possível. No final das contas não torna possível tabular informações necessárias para dispor aos cidadãos sem que tenha soluções digitais otimizadas para uma boa gestão.

Para rumo ao desenvolvimento digital parte da iniciativa do governo adotar as estratégias do Governo Digital que projetam os percursos que o país vai adotar para sincronizar e definir objetivos das políticas públicas com a capacidade de elos entre diferentes órgãos ou setores governamentais para assim coadunar esforços conjuntos de ações e operações e buscar ativos ou recursos para a instalação de políticas intergovernamentais e como procurar parceiros para efetivar o processo.

Por meio da estratégia facilita a inserção dos atores na política do desenvolvimento do país, pois, isso é alcançada pela intervenção dos atores públicos, privados, sociedade civil no desenvolvimento do país em que isso simboliza a sinergia e engajamento de projetos de objetivos de plano de ação pelo rumo à transformação digital do país.

Pela ausência de estratégia para o Governo Digital, segundo OCDE (2018), antes da projeção do Relatório do Projeto de Governo Digital da OCDE para PALOP-TL, a

Autoridade Reguladora Nacional (ARN) era encarregada a desenvolver os projetos das estratégias do Governo Digital na qual os representantes governamentais consideravam como uma prioridade de curto prazo. Esta entidade era supervisionada pelo Ministério das Telecomunicações, mas logo depois a ARN perdeu a legitimação deste processo dada a política de coordenação e responsabilidade ao Governo Digital e que isso foi repassada de forma legal para CEVATEGE (Centro de Valorização Tecnológica e Governança Eletrônica).

Neste caso, ainda o país se encontra numa fase inicial de estabilidade das dinâmicas e com as capacidades institucionais básicas de desenvolvimento do Governo Digital ainda continua sendo liderado pelos níveis superiores do governo tutelado pelo Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, e além disso, está moldada de capacidade para dar seguimento e de todas orientações possíveis de políticas que o Governo adota a luz da Sociedade de Informação (referindo a CEVATEGE).

Portanto, a CEVATEGE de acordo com a sua natureza tem o objetivo de desenvolver plataformas digitais com a responsabilidade de disponibilizar todas as informações e ações recorrentes as atividades da governação e com envolvimento da sociedade civil e como inclusão da população em seu todo. Além disso, tem essa faculdade de “Planear e implementar a governação eletrônica integral e integrada entre os sectores, público-privado-sociedade civil”<sup>5</sup> (CEVATEGE, online). Nesse âmbito essa organização é tutelada pelo Ministério da Presidência de Conselho de Ministros e Assuntos Parlamentares sendo o responsável por criar o Portal do Governo da Guiné-Bissau.

Apesar de ter algumas competências e conhecimento especializado na matéria da governação digital em termos de trabalhos internos, referindo a organização, mas ainda lhe carece da influência política e estratégias em comparação com outras organizações públicas tendo em conta as limitações dos recursos humanos de trabalho em equipe, logística e também questão financeira que deveria beneficiar dum orçamento direto. No entanto, de acordo com Relatório da OCDE (2018), sublinharam que a liderança, recursos humanos e financeiros deveriam ser reforçados para alavancar o desenvolvimento de políticas públicas para o Governo Digital, o que poderiam gerar modelos para negócio, minutas de contratos públicos e entre outros que poderia reforçar a Administração Pública

---

<sup>5</sup> <https://www.linkedin.com/company/cevatege/>

Guineense no mundo digital. Entretanto, considerando esses pressupostos a CEVATEGE ainda em termos de eficiência e eficácia, no momento, não estão a funcionar da melhor forma tendo em conta as limitações elencadas.

Em sequência, o Instituto Tecnológico para a Modernização Administrativa (ITMA) foi criado com intuito de substituir a CEVATEGE de forma a solucionar os problemas que a antiga estrutura. A comissão desta iniciativa foi fruto do envolvimento de vários ministérios do governo na qual abrange: a da Presidência de Conselho de Ministros, das Finanças, da Economia, dos Direitos Humanos, dos Transportes e Comunicações e entre vários ministérios envolvidos. Foi aprovado o decreto no Boletim Oficial em Conselho de Ministros de 24 de junho de (Decreto n.º 54/2021, 2021). Em seu artigo 1º, por criação da ITMA é tido como “uma pessoa coletiva de direito público encarregue de operacionalizar a rede privativa do Governo e as iniciativas de modernização tecnológica na Administração Pública”. Portanto, a referida instituição, de acordo com artigo 4.º, tem por missão:

desenvolver, coordenar, monitorar e avaliar os programas e projetos de tecnologias de informação e comunicação, de governação eletrônica, de interoperabilidade e modernização tecnológica da Administração Pública, e garantir a organização, administração, gestão, operação e manutenção das infraestruturas da rede de telecomunicações administrativas assegurando a execução e distribuição de serviços públicos de tecnologias de informação e de telecomunicações administrativas definidas pelo executivo (GUINÉ-BISSAU, 2021).

Um dos pontos importantes é que a Guiné-Bissau tomou medidas na informatização de registos comerciais. Esta digitalização de registo comerciais estão alicerçadas em RCCM -OHADA, Registro de Crédito de Comércio e Móveis (Registre du Commerce et du Crédit Mobilier) da Organização para Harmonização de Direito Empresarial na África é um sistema que facilita o país a ter informações viáveis em tempo real da criação de empresas e como também descrição comercial desta empresa pela via eletrônica para todos envolventes desta atividade. Nisto, tem ênfase em fomentar transparência do ambiente comercial entre os estados membros da organização (OHADA) através de partilha de informações (OCDE, 2018).

Outro progresso registrado na Administração Pública do país se relaciona com os Sistemas e Registos de Identificação, permitindo ter os mecanismos básicos para emissão de passaportes, além disso pode verificar essa progressão nas emissões de cartas de condução e bilhetes de identidades biométricos (OCDE, 2018). Nessa circunstância, esse

é um dos saltos positivos para facilitar os processos da administração pública guineense no uso das TIC o que facilita mapear e acompanhamento o quantitativo das pessoas com documento no país fato que ajudou a ultrapassar algumas fronteiras que dantes se faziam manualmente.

O relatório acerca da prestação de serviços manuais para um serviço pautado em multicanais assevera que dá um acréscimo de vantagens para os países em desenvolvimento pois carrega um valor significativo nos seus serviços. Nessa ordem de ideia cunharam nas declarações da Nações Unidas nas quais afirmaram que os serviços multicanais oferecem muitas maneiras de disponibilizar serviços públicos de forma integrada e coordenada. Permite ao cidadão escolher várias opções de acordo com a necessidade deste, o que de certa forma sobreleva a satisfação e confiança do cidadão para administração pública.

Diante desse cenário, as redes sociais também são associadas como mecanismos muito úteis como veículo da disponibilização de informação (páginas informativas) para cidadãos e empresas. Apesar de que os serviços de telefone e correio tradicional e presencialmente são comuns, mas com advento das tecnologias houve muitas inovações acerca de multicanais na prestação de serviços públicos no mundo, como no caso de Portal Web, Redes Sociais e entre outros (OCDE, 2018).

Num dos itens listados na Avaliação no Estudo sobre Governo Eletrônico das Nações Unidas no quesito da participação eletrônica fomentar o uso de Redes Sociais pelos Órgãos Governamentais (OCDE, 2018), o fato que o uso dessas ferramentas na internet aumenta a capacidade participativa dos cidadãos e empresas acompanharem informações de acessibilidade aos serviços públicos. Nessa situação, a Guiné-Bissau não foi diferente no caso de criação de páginas nas redes sociais, inclusive, no Facebook. Portanto, algumas instituições/ministérios públicos adotaram esse meio para que os cidadãos e empresas acompanhem as devidas ações e informações no Facebook: Ministério de Recursos Naturais e Energia; Ministério do Interior e da Ordem Pública; Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e Florestas; da Justiça e Direitos Humanos; das Finanças; Da Defesa e Combatentes da Liberdade da Pátria; do Turismo e Artesanato; dos Transportes e Comunicações; da Administração Territorial e do Poder Local; das Pescas; do Comercio e Industria; do Ensino Superior e Investigação Científica; da administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social; da Saúde Pública; da Mulher, Família e Solidariedade Social; das Obras Públicas, Habitação e Urbanismo e; da Cultura, Juventude e Desportos. Todas estas páginas se encontram no Facebook nas

quais disponibilizam informações referentes às ações da governação em que permite aos cidadãos saber acompanhar e deixar comentários. Algumas das páginas se encontram duplicadas, além disso, há algumas páginas em que as últimas informações atualizadas foram a mais de seis meses e outras que chegam a dois anos.

O país contou com algumas iniciativas promissoras como forma de modernizar o Setor Público. O Ministério das Finanças da Guiné-Bissau desenvolveu um Site<sup>6</sup> onde constam muitas informações do referido ministério desde suas atribuições, missão e natureza. Além disso, por meio do Site consegue-se ter acesso aos documentos dos últimos Orçamentos Gerais do Estado, notícias sobre ações do ministério sob tutela do ministro das finanças, também conta com publicações de Boletim Trimestral de Conjuntura, Boletim Estatística da Dívida Pública, Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Despachos e entre outros. Por outro lado, o *Site* do Governo do Ministério das Finanças tem umas opções que direcionam o visitante para outras Plataformas ou Sites: Direção Geral das Alfândegas<sup>7</sup> e uma plataforma *KONTAKTU*<sup>8</sup>.

A Direção-Geral das Alfândegas também tem seu Endereço Eletrônico na qual constam informações referentes à instituição, sobre a sua missão e objetivos das Alfândegas. Além disso, se encontra informações sobre Despachos de Mercadoria, Impostos das Alfândegas, Procedimentos Aduaneiros, Despachos Oficiais, Delegações Aduaneiras e entre outros. Também se vê Regulamentos de Medidas Defensivas de Importações e Exportações, determinação do valor aduaneiro das mercadorias de CEDEAO<sup>9</sup>. Ademais de informações acerca das reuniões do Diretor-Geral da Alfandegas também se encontra contatos de postos/delegações que se encontram no país.

Com base nisso, segundo Nogueira-Budny (2022, online), “as funções governamentais estão a digitalizar-se e os guineenses podem agora declarar e pagar os seus impostos online, através da plataforma *KONTAKTU*”. A Guiné-Bissau desenvolveu uma plataforma que foi apresentada pelo Ministério das Finanças, no dia 11 de junho de 2021. É uma plataforma de apoio comunitário e promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Esta plataforma facilita realizar pagamentos de impostos via online, ou seja, internet, o que viabiliza a interatividade entre o contribuinte e a

---

<sup>6</sup> Ministério das Finanças: [www.mef.gw](http://www.mef.gw).

<sup>7</sup> Direção-Geral das Alfândegas: <http://www.dga.gw/pt/>

<sup>8</sup> Kontaktu: <https://kontaktu.mef.gw>

<sup>9</sup> Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.



Direção-Geral de Contribuições e Impostos, através do dinheiro móvel em transferências bancárias, fato que trouxe impacto positivo no desenvolvimento da economia digital para sociedade guineense. Nesse sentido, esta plataforma é algo inovadora e extraordinário para administração pública guineense o fato que possibilita o contribuinte exercer seus deveres e obrigações fiscais sem que tenha intermédio de terceiros para realizá-los, explica o ministro das Finanças na altura, João Fadiá numa entrevista alusiva a RTP<sup>10</sup>. O ministro afirmou que é 100% seguro dado que o contribuinte acompanha a tempo sobre o pagamento de imposto.

Ainda por cima, esse processo torna-se acessível também pelos outros dispositivos, seja por celular, tablet ou um notebook, assim permite o contribuinte pagar suas obrigações fiscais. A plataforma é resultado das forças coadunadas com o Fundo Monetário Internacional no seu desenvolvimento, alicerçadas por meio das redes de bancos e celulares. Mas, ainda, somente o banco Ecobank e a empresa de telecomunicações (MTN) instalada no país que estão a cooperar na sua aplicabilidade. Este fenômeno trouxe muitas vantagens e segurança visto que se agora evita de eventuais problemas que dantes os pagamentos eram feitos manualmente o que poderiam ocasionar certas circunstâncias indesejadas antes das informações serem descarregadas no destino final.

Nesse serviço possibilita o contribuinte fazer:

um processo de autenticação, aceder a modelos de declaração preenchida, legislação correspondente, além de gerar guias de pagamento. O sistema conta ainda com diversas instruções de preenchimento de formulários inerentes à política fiscal do país, a exemplo da DIGV - Declaração do Imposto Geral sobre Vendas, DRE - Declaração de Receitas Eventuais, e DECIRF - Declaração de Contribuições e Imposto Retidos na Fonte (NAÇÕES UNIDAS, 2021).

O Fadiá afirmou que essa inovação é um sistema mais evoluído na África, na altura, e que pode servir de exemplo para outros países adotarem o mesmo modelo de pagamento de impostos por contribuintes. Nessa circunstância, esse sistema ajudará o Estado a resolver problemas ligados à economia informal, a corrupção e como cobrar mais impostos (LUSA, 2021).

---

<sup>10</sup>Entrevista do ministro das Finanças, Aladje Fádia: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-da-guine-bissau-apresenta-plataforma-para-pagamento-de-impostos-pela-internet\\_n1326975](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-da-guine-bissau-apresenta-plataforma-para-pagamento-de-impostos-pela-internet_n1326975).

Por outro lado, o Ministério do Ambiente e Biodiversidade do Governo da Guiné-Bissau <sup>11</sup> resolveu aparecer na Internet por meio do *Website* que desenvolveu. Isso também remete que estão se engajando no mundo das tecnologias digitais, significando mais um salto nesse cenário de inovar o setor público. Nesse diapasão, o *Website* contém algumas informações referentes as últimas notícias das atuações do ministério (por exemplo: informações do Ministro), além disso, pode encontrar leis, decretos, projetos, convenções, vídeos e, por cima, o *Website* conta uma parte em que o visitante pode fazer denúncias. Esse fenômeno pode servir de modelo para restantes ministérios ou instituições Governamentais.

Outro salto também se refere ao *Site* do Centro de Formalização de Empresas (CFE)<sup>12</sup> cujo serviço disponibilizado pelo Ministério da Economia e da Integração Regional que teve ajuda de parceiros internacionais para facilitar os procedimentos administrativos aos econômicos, nacionais ou estrangeiros. Ainda o referido *Website* está na fase de desenvolvimento. Por meio do endereço eletrônico encontrar serviços oferecidos para facilitar ou ver os documentos dos procedimentos administrativos aos econômicos, nacionais ou estrangeiros e as informações que estão voltadas à Criação de Empresas, Segurança Social, e Autorização de Exercício. Além disso, deixa detalhes dos endereços, contatos e horários de funcionamentos do Centro de Formalização de Empresas e assim como Instituto Nacional de Previdência Social – INPS.

*Algumas propostas específicas de ação na perspectiva de OCDE para melhorar tecnologias digitais na Guiné-Bissau*

Existem várias propostas elencadas pela OCDE no Projeto de Governo Digital da OCDE para PALOP-TL feita em 2018 para que o país ative mecanismos de adotar algumas melhorias na administração Pública guineense, todavia nossa intenção não é esgotar sobre o assunto, mas trazer alguns dos pontos que vão em consonância com diretrizes deste artigo. Nessa onda, se coloca a pertinência dessas propostas de ação nas quais foram divididas em três eixos e cada contém vários itens das sugestões contempladas, dentre os quais temos: Funções essenciais de governo e soluções digitais; Bases institucionais para um ecossistema sólido de Governo Digital e; Abordagens

---

<sup>11</sup> Mais informações neste link: <https://ministerioambiente.gw/>

<sup>12</sup> Endereço eletrônico de Centro de Formularização de Empresas: <https://guineebissau.eregulations.org/Contacts/1?l=pt>

impulsionadas pelos cidadãos para uma boa prestação de serviços digitais coerente e sustentável.

Portanto, no que tange ao primeiro eixo se refere a fortificação do melhor funcionamento eficaz do Sistema Automático de Dados Aduaneiros (ASYCUDA ++ ) e o Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas (SIGFIP). Precisa conectar esse sistema com o da Tesouraria Central com intuito das receitas do governo estejam seguras e que possibilite fazer as previsões financeiras mais coerentes. Segundo passo é a digitalização do registo do serviço público para controlar pagamentos de salários, monitorá-lo e como dar suporte ao governo nos aspectos da gestão de recursos humanos. Fomentar que haja mais desenvolvimento de sistemas como o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos da Administração Pública (SIGRHAP) cujo objetivo é unificar a Base de Dados Governamental e dando a facilidade para pagamento de salários. Viabilizar a descentralização nos diferentes domínios de serviços da administração pública com vista a facilitar a comunicação por meio da rede.

Tocando ao segundo eixo em que foram elencados alguns pontos importantes como no caso de desenvolvimento de estratégias de administração digital para atingir objetivos comum com ênfase na digitalização do setor público no país. Envolver todos atores a coordenarem responsabilidade no engajamento ao progresso de Governo Digital; O Centro de Valorização Tecnológica e Governança Eletrônica (CEVATEGE) precisa ser ajudado em termos de liderança, recursos humanos e financeiros e tornar os objetivos mais claros e diretrizes para pré-avaliação dos investimentos para subsidiar o seu funcionamento; Criar comitê diretor que tenha a capacidade de atores responsáveis no envolvimento de políticas das TIC sob tutela de CEGATEGE em distinto setores do governo para governança digital. Por conseguinte, o comitê será responsável em supervisionar e acompanhar todos os processos na instalação das estratégias de Governo Digital sob suporte da administração pública guineense.

No entanto, a CEVATEGE não existe que agora foi substituída pela ITMA através do Decreto n.º 54/2021 e, em suma, essas propostas também tornam significativas e são válidas pela nova organização de forma a melhorar nesse quesito.

Já para terceiro eixo elencado aborda o primeiro passo para desenvolvimento de Governo Digital é registo civil como alicerce para várias fases que vão ser implantadas; Desenvolver um portal integrado que disponibilize todas informações e ações de serviços públicos e priorizando-o a curto prazo; promover desenvolvimento de soluções

inovadoras que abrange área de saúde e educação pelas soluções digitais, difundir parcerias com doadores das organizações governamentais ou não governamentais (ONG); Fornecer acesso e rede de locais aos serviços digitais que permite facilitar a inclusão digital assim reduzindo o fosso digital como nas zonas rurais através de difusão de programas nacionais.

### **Metodologia**

Na tentativa de buscar respostas como forma de sustentar o nosso artigo em questão recorreu-se a fazer uma pesquisa considerada como um procedimento mais seguro e formal utilizando métodos científicos. Portanto a pesquisa “implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas” (MARCONI e LAKATOS, 2011, p.43). Nessa senda, baseado em levantamento de dados advindas de várias fontes bibliográficas e documentais.

Para as autoras, os documentos são considerados fontes primárias, não tendo sofrido tratamento por terceiros, ou escritos por outros pesquisadores que podem servir como fonte de informação para realização de outras pesquisas (MARCONI e LAKATOS, 2011). Para Gil (2002, p. 45) “a pesquisa documental vale-se de materiais que recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Esses documentos podem ser encontrados particularmente nos arquivos públicos, fontes estatísticas compiladas por órgãos particulares, que podem ser escritos ou não. Aqui também se contempla as fontes não escritas como: fotografias, gravações, desenho, pinturas e entre vários.

A “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44), isto é, refere-se aos trabalhos que já sofreram algum tratamento científico que podem ser encontradas em livros, revistas científicas, publicações, as escritas da imprensa. Este tipo de pesquisa facilita o pesquisador mergulhar sobre um determinado assunto já escrito.

Diante do exposto, preferiu-se adotar esses dois tipos de pesquisa para sustentar o nosso artigo com vista a aprimorar sobre o assunto buscando bibliografias referentes à temática das tecnologias de informação e comunicação (digitais) no âmbito do setor público, trazendo à tona aspectos da inovação fincadas nos serviços públicos como forma de modernizar a administração dos serviços públicos com vista a poder facilitar a vida

dos cidadãos e, além disso, temas ligados ao Governo Digital que é o mais nos interessa nesse artigo de como isso poderia impactar na sociedade guineense. Diante disso, maioritariamente as referências foram extraídas do Google Acadêmico tendo em conta a magnitude de assuntos ligados a matéria, artigos, livros e dissertações. Para documentos foram achados nos Portal do Governo da Guiné-Bissau, Relatórios da OCDE e do Banco Mundial, algumas leis e informações retiradas nas plataformas ou Websites desenvolvidos do país.

Portanto, no quadro a seguir demonstra onde tem acessados os documentos encontrados consultados.

Quadro 2: Documentos acessados para coleta de dados

<b>Tipo Documento</b>	<b>Ano</b>	<b>Entidade produtora</b>
<b>Relatório</b>	2003, 2005, 2016, 2018	OCDE
<b>Blog Banco Mundial</b>	2022	Daniel Nogueira-Budny (Banco Mundial)
<b>Relatório</b>	2022	Nações Unidas
<b>Relatório</b>	2022	Daniel Nogueira-Budny
<b>Monografia</b>	2021	Manuel Ialá
<b>Jornal Online</b>	2021	Lusa (RTP)
<b>Decreto nº 54/2021</b>	2021	Guiné-Bissau

Fonte: elaborados pelos autores.

## **Resultados**

Como resultados encontrados ao longo da pesquisa resolvemos elaborar o quadro que lista todos Sistemas e Sites/Plataformas desenvolvidas para utilização do governo no sentido de gerenciar dados e divulgação das informações recorrentes a governação.

Quadro 3: Sistemas do Governo da Guiné-Bissau

<b>Sistemas que o Governo da Guiné-Bissau usa</b>		
<b>Sistemas</b>	<b>Funções</b>	<b>Ministério</b>
SIGFIP	Sistema Integrado das Finanças Públicas	Ministério das Finanças Públicas
ASYCUDA++/ASUCUDA World	Sistema Automatizado de Dados Aduaneiros para recolha e pagamento de impostos.	Ministério das Finanças
SIGHRAP	Sistema Integrado de Recursos Humanos da Administração Pública	
Sistemas e Registos de Identificação	Emite passaportes, Cartas de Condução e Bilhete Biométrico.	Ministério da Justiça
RCCM -OHADA	Registro de Crédito de Comércio e Móveis – Sistema que facilita o país ter informações em tempo real da criação e descrição comerciais das empresas. Fomentar transparência do ambiente comercial entre os estados membros da organização OHADA.	OHADA - Organização para Harmonização de Direito Empresarial na África.

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 4: Portais/Sítios eletrônicos da Guiné-Bissau

<b>Lista de Sites e Portais do Governo da Guiné-Bissau</b>		
<b>Portal/Site</b>	<b>Serviços Disponibilizados</b>	<b>Entidade</b>
Portal do Governo	Portal do Governo da Guiné-Bissau: Informações do Primeiro-Ministro, Informações do Governo, Comunicados, Notícias e Publicações e campos de formulários aos serviços do Governo.	Ministério da Presidência do Conselho dos Ministros
Ministério da Finanças	Disponibiliza informações do ministério, documento do Orçamento Geral do Estado, Estatística da Dívida Pública, Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Despachos ...	Ministério das Finanças
Direção Geral das Alfândegas	<b>Informações:</b> Instituição, missão, objetivos, Despachos de Mercadoria, Impostos das Alfândegas, Procedimentos Aduaneiros, Despachos Oficiais, Delegações Aduaneiras, endereço com contatos dos postos no país...	Ministério das Finanças

<b>Lista de Sites e Portais do Governo da Guiné-Bissau</b>		
<b>Portal/Site</b>	<b>Serviços Disponibilizados</b>	<b>Entidade</b>
KONTAKTU	Interatividade entre o contribuinte e Direção-Geral de Contribuições e Impostos online.	Ministério das Finanças
Ministério do Ambiente e Biodiversidade do Governo da Guiné-Bissau	Site informativo sobre a instituição, Decretos, Projetos, Convenções, vídeos, formulários de Denúncias.	Ministério do Ambiente e Biodiversidade do Governo da Guiné-Bissau
Centro de Formularização de Empresas - CFE	Facilitar ou ver os documentos dos procedimentos administrativos aos económicos, nacionais ou estrangeiras e como informações que estão voltadas à Criação de Empresas, Segurança social, e Autorização de Exercício	Ministério da Economia e da Integração Regional

Fonte: elaborado pelos autores.

Com base que no que foi ilustrado nos quadros acima foram desenvolvidos alguns sistemas do Governo, principalmente, de Gestão de Recursos Humanos para ajudar a gerenciar dados dos funcionários públicos, mas deveria ser melhorado e que todos os setores do órgão governamental deveriam ter e que haja conectividade ambas dando possibilidade de ter Bando de Dados Governamental facilitando no pagamento de salário único dos funcionários. Mas, para isso, deve existir uma conta de Tesouro Público que vai se comunicar com a Base de Dados Central do Governo. E, por outro lado, há necessidade de aprimorar o Portal do Governo que vai se integrar com todos órgãos/ministérios ou setores do Governo assim possibilitando a entrada única na qual poderá ter acesso a todos órgãos setoriais.

### **Considerações Finais**

De acordo com a OCDE, a Guiné-Bissau tem demonstrado progressos no fomento da utilização das tecnologias digitais, nas primeiras décadas do século XXI, com vista a promover a eficácia interna e tornar os processos internos mais simples de maneira a melhorar os serviços públicos. No entanto, a mesma organização apela para aproveitar as vantagens das tecnologias digitais no sentido de modernizar e aumentar capacidade administrativa na qual podem envolver a cobrança de impostos, a monitorização das despesas e a gestão em função pública, assim como reforçar as práticas de Governo Digital que possam ir ao encontro das perspectivas dos cidadãos.

Nessa ótica, tem visto que foram desenvolvidos sistemas principalmente promovidos Ministérios das Finanças (Sistema Integrado de Gestão de Finanças Públicas) que têm a capacidade de preparar Orçamentos, mas que ainda precisa ser aprimorado dada a sua deficiência e similarmente, há existência de Plataforma Kontaktu que aproxima o contribuinte com Direção-Geral de Imposto cumprindo seus deveres e obrigações de pagamentos de impostos e taxas por meio de transferência móvel bancária. Neste sentido, trouxe melhorias para o Estado guineense visto que minimizou talvez alguns riscos que antes existiam perante ao destino do dinheiro público para o Tesouro Público, de certa forma demonstra um impacto positivo para sociedade.

Além de Portal de Governo que trouxe progresso a partir do governo à sociedade que permite atualmente os cidadãos guineense obter algumas informações a nível do seu governo e como alguns Sites Informativos em que permite fazer denúncias através do formulário disponibilizado no endereço eletrônico deste. Além disso, urge criar um Plano Estratégico de Governo Digital para tornar possível digitalizar todos serviços públicos, garantindo um quadro de interoperabilidade que ajude na comunicação entre órgãos da administração pública em prol da entrega de serviços de qualidade à sociedade guineense.

Digitalizar os registros públicos (cível, criminal, comercial e entre outros), é umas das condições indispensáveis para a concretização dos desafios do Governo Digital na Guiné-Bissau que possibilite melhorar a relação entre o estado, as empresas e os cidadãos. Nesse sentido, torna-se vital criar sistemas de identificação plausíveis com vista a possibilitar a boa prestação de serviço eficiente dos serviços públicos principalmente nas questões de transações.

A necessidade quanto à disponibilização das informações sobre operações, torna-se um dos conceitos que rege o governo eletrônico/digital. Contudo, caso não haja envolvimento e participação do cidadão, monitorando essas ações, perdem-se os seus efeitos. Nessa lógica, há necessidade de desenvolvimento de canais como mecanismos de comunicação de forma a possibilitar que os cidadãos tenham acesso por meio de portais públicos.

Todos os setores governamentais precisam ser integrados, colocando processos alinhados e obtendo melhores resultados, garantido qualidade nos serviços prestados aos cidadãos. Além disso, a integração de sistemas de informação possibilitaria, por exemplo, um melhor gerenciamento de recursos humanos, otimizando a gestão financeira no que concerne ao pagamento dos funcionários públicos.



Nessa sequência, espera-se que os resultados vão servir de mecanismos interessantes que vão mobilizar grandes impactos para melhoria ou desenvolvimento de portal do governo, a interoperabilidade dos setores governamentais, que seja mais interativo possível e que sirva também de inspiração exitosa dada a demanda de acompanhar a globalização para que haja inovações assim possibilitando fornecer no setor público serviços digitais.

## Referências

- BAZZOTTI, Cristiane; GARCIA, Elias. A importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para tomada de decisões. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 6, n. 11, 2006.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Fiscalização de tecnologia da informação**. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/fiscalizacao-de-tecnologia-da-informacao/atuacao/governo-digital/>. Acesso 10 jan. 2023.
- CAMÕES, M. R. S.; SEVERO, W. R.; CAVALCANTE, P. *Inovação na Gestão Pública Federal: 20 anos do Prêmio Inovação*. Brasília: Enap: Ipea, 2017.
- CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; SEVERO, Willber da Rocha; CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. *Inovação na gestão pública federal: 20 anos do prêmio inovação*. 2017.
- CARDOSO, Maria Manuela RR. *Estratégias de modernização administrativa e transformação digital: Interoperabilidade e integração no sector da agricultura e floresta*. 2018. Tese de Doutorado.
- CARVALHO, Jose Eduardo Alves de. *Construção de diretrizes para inovação em uma organização pública que atende ao Estado*. RGS: UFGRS, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- CHIAVENATO, I. **Administração geral e pública**. Rio de Janeiro: Elsevier.
- CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. *Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil*. Sequência (Florianópolis), p. 209-242, 2020.
- DE OSLO, Manual. **Manual de Oslo**. Recuperado de <http://gestiona.com.br/wpcontent/uploads/2013/06/Manual-de-OSLO-2005.pdf>, 1997.
- DE OSLO, Manual. *Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação*. Rio de Janeiro: Art/Finep, 1997.
- Decreto n.º 54/2021. *Boletim Oficial*. República da Guiné-Bissau. 2021.
- DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. *Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública*. 2019.

DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública. 2019.

DUARTE, Kyvia Carolina Ramos. UM NOVO PARADIGMA NA ANÁLISE DAS CONTAS PÚBLICAS NO TCE-RJ: SISTEMA LRF AUTOMÁTICA. Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2021.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Inovação e empreendedorismo no setor público. 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Ed. 4ª, São Paulo: Atlas, 2002.

GIL-GARCIA, J. R.; DAWES, S. S.; PARDO, T. A. Essential aspect of innovation, co-production, transparency, and the generation of public value. Digital government and public management research: finding the crossroads, 2017.

IALA, M. Tecnologias de sistemas de informação nos serviços públicos administrativos no Brasil e nos PALOP: uma análise comparada. Monografia. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA. Ceará: Unilab, 2021.

Lusa. *Governo da Guiné-Bissau apresenta plataforma para pagamento de impostos pela Internet* (online). RTP, 11 jun. 2021. Disponível em: [https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-da-guine-bissau-apresenta-plataforma-para-pagamento-de-impostos-pela-internet\\_n1326975](https://www.rtp.pt/noticias/mundo/governo-da-guine-bissau-apresenta-plataforma-para-pagamento-de-impostos-pela-internet_n1326975). Acesso em: 07 de jan. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. E-Governance and Digital Transformation in Guinea-Bissau: Limites, desafios e oportunidades da transformação digital do sistema de governação da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://erc.undp.org/evaluation/managementresponses/keyaction/documents/download/6854>. 2021. Acesso em: 12 set. 2022.

NOGUEIRA-BUDNY, Daniel. Digitalizar a Guiné-Bissau: o futuro começa agora. WorldBankBlogs, 2022. Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/digital-development/digitalizing-guinea-bissau-future-starts-now>. Acesso em: 05 jan. 2023.

Nogueira-Budny, Daniel, . et al., 2022. *Guiné-Bissau - Diagnóstico da Economia Digital (Português)*, Grupo Banco Mundial. Recuperado em <https://policycommons.net/artifacts/2677865/guine-bissau/3701027/> em 25 de janeiro de 2023. CID: 20.500.12592/n6qtnnt.<http://documents.worldbank.org/curated/en/099750009162226350/P17701618ea044d911f31145761b29d11665b1379389>.

OECD (2018), *Promovendo a Transformação Digital dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste (PALOP-TL)*, Projeto de Governo Digital da OCDE, OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9789264307155-pt>.

OECD E-government studies – the e-government imperative. Paris: OECD Publishing, 2003.

OECD. **Digital Government Strategies for Transforming Public Services in the Welfare Areas**. Oecd Comparative Study., 2016.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Modernising government: the way forward. Paris: OECD Publishing, 2005.

POLIZELLI, Demerval Luiz. Sociedade da Informação: Iniciando o debate. *In: Sociedade da Informação: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento*. São Paulo – SP: Editora Saraiva 2008.

RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. Riscos à inovação no setor público trabalho cotidiano dos empreendedores públicos. Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2021.

ROCHA, Geneci da Silva Ribeiro; ROCHA, Patrício Duarte; DE CAMPOS, Simone Alves Pacheco. GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: DIGNÓSTICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DE BOA VISTA DAS MISSÕES-RS. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 4, n. 4, p. 207-229, 2019.

SAES, D. X. Gestão da inovação e Tecnologia. 2012. Paraná, Maringá: CESUMAR, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16556810-Gestao-da-inovacao-e-tecnologia.html>>. Acesso em 12 set. 2022.

SANGKI, Jin. Vision of future e-government via new e-government maturity model: Based on Korea's e-government practices. **ScienceDirect**. 10. ed., vol. 42, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.telpol.2017.12.002>. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, Elton Rodolfo Assunção da. **Continuidades, inovações e retrocessos na evolução do governo digital em Pernambuco**. 2018. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

TURBAN, Efraim; LEIDNER, Dorothy; MCLEAN, James. **Tecnologia da informação para gestão**. Tradução: Edson Furmankiewicz. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

VIANA, Ana Cristina Aguilar. Transformação digital na administração pública: do governo eletrônico ao governo digital. *Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo*, v. 8, n. 1, p. 115-136, 2021.

WENDLER, Pedro Gabriel. Políticas públicas de inovação comparadas: Brasil e China (1990-2010). 2013.

ZELINSKI, Renata Brindaroli. O paradigma do governo digital e a prestação de serviços públicos eletrônicos: reflexões sobre um necessário enfrentamento do analfabetismo digital e dos impactos negativos das novas tecnologias no desenvolvimento sustentável. *International Journal of Digital Law | IJDL*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, edição especial suplementar, mar. 2021. Disponível em:<DOI: <https://doi.org/10.47975/digital.law.vol.2.n.1.especial>>. Acesso em: 10 nov. 2022.